

# DEMONSTRAÇÕES

# CONTÁBEIS

**2021**  

---

**2020**

**Unimed Caruaru Cooperativa  
de Trabalho Médico**  
Exercícios Findos em  
31 de dezembro 2021 e 2020

**Unimed**   
Caruaru

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **2021**  
**2020**

**RELATÓRIO DA**  
**ADMINISTRAÇÃO**



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

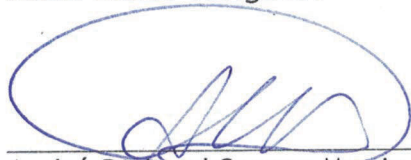
O balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis, bem como notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão disponibilizados pela Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, em meio eletrônico em seu site, conforme determina a legislação da ANS.

O mercado de saúde suplementar continuou fortemente impactado pela pandemia da COVID-19 e suas novas variantes ao longo de todo período de 2021. A economia voltou a ter aumento nas atividades, com consequente aumento no número de empregos no país. O setor de saúde suplementar que depende muito do crescimento econômico, voltou a crescer o número de usuários, com percentual de 3,0%, totalizando 49,0 milhões de clientes de plano de saúde privados médico hospitalares e odontológicos. Em 2021, nossa carteira teve um crescimento de 2,39% em relação a 2020, finalizando o período com 67.954 mil clientes próprios, o que nos mantém como líderes de mercado em nossa região com 53,7% dos usuários de planos de saúde.

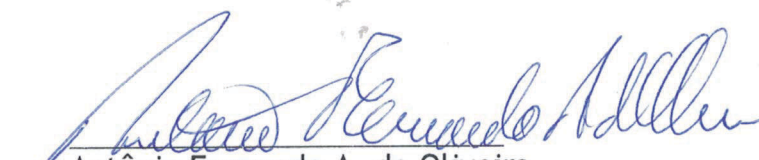
O Faturamento Bruto da Unimed Caruaru em 2021 foi de R\$381,58 milhões, contra R\$345,33 em 2020, representando um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior. As receitas de mensalidades totalizaram R\$292,62 milhões, contra R\$282,02 em 2020, um aumento de 4,2%. As receitas com intercâmbio totalizaram R\$66,76 milhões de reais, representando um aumento de 44% em relação a 2020. As demais receitas totalizaram R\$19,19 milhões, contra R\$16,92 milhões do ano anterior. Já os Custos Assistenciais, em 2021 totalizaram R\$262,2 milhões, mesmo patamar do ano de 2019, sendo este sem a pandemia. O crescimento foi de R\$42,23 milhões em relação a 2020, representando um aumento de 19,58%. As Despesas Administrativas em R\$35,4 milhões, destes R\$7,2 foram referentes a utilização do plano de saúde de cooperados e colaboradores, deduzindo-se as receitas de mensalidades dos seus dependentes. A relação com o faturamento líquido anual foi de 10,5%. O Resultado Líquido foi uma perda de R\$9,5 milhões em 2021, deduzindo o saldo do fundo de reserva no valor de R\$2,9 milhões, a diferença será rateada percentualmente para cada cooperado, conforme normas estatutárias em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a qual deverá homologar a proposta da gestão, para composição do fundo da Margem de solvência, somando-se à retenção de valores fixos a serem definidos na ocasião, em obediência às normas da ANS.

Em relação aos investimentos, a estratégia da gestão é redimensionar os serviços próprios de acordo com a demanda, direcionamento a criação de serviços para cidades com maior potencial de crescimento em nossa área de atuação. Na área de tecnologia, se mantiveram os recursos direcionados para mudança de sistema operacional com a conclusão da implantação do sistema MV operadora.

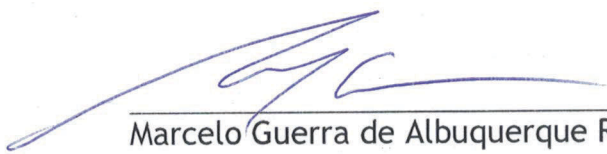
A diretoria executiva e Conselho de Administração agradecem o compromisso, o apoio e a confiança dos cooperados, colaboradores e prestadores de serviços pela determinação, seriedade e empenho em alcançar os resultados. Aos nossos 67,9 mil clientes próprios e aos 20 mil do Sistema Unimed em nossa área de atuação, que nos confiaram a sua saúde, nosso muito obrigado!



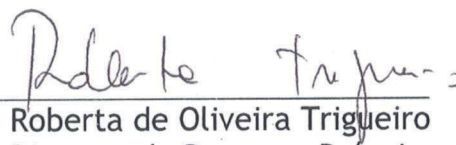
André Richard Soares Muniz  
Diretor de Comercio e Mercado



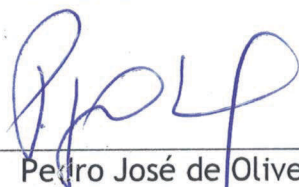
Antônio Fernando A. de Oliveira  
Diretor Operacional



Marcelo Guerra de Albuquerque Rosendo  
Diretor Administrativo Financeiro



Roberta de Oliveira Trigueiro  
Diretora de Recursos Próprios



Pedro José de Oliveira Melo  
Diretor Presidente

# UNIMED CARUARU

## COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

**Demonstrações Contábeis em**  
**31 de dezembro de 2021 e 2020**

**CONTEÚDO:**

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **2021**  
**2020**

**RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE SOBRE  
AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS**



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**  
**Senhores Administradores da**  
**UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos – TAOEF – Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras

Em julho de 2019 foi celebrado junto à ANS, o “Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras” que define um cronograma de ações e procedimentos com vistas a suprir a anormalidades apontadas pelo órgão regulador.

A Unimed Caruaru equacionou todas as anormalidades econômicas – financeiras contidas no ofício de nº: 174/2019/ COAOP/ GEAOP/ GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a exceção do quesito sobre enquadramento de seu capital regulatório, conforme notificado no ofício nº 140/2021 COPAEF de 14 de janeiro de 2022. Em 27 de janeiro de 2022 a Unimed Caruaru protocolou recurso junto a ANS requerendo a manutenção do TAOEF e elencando diversas ações em curso com objetivo de equacionar a anormalidade do capital regulatório, sendo que em 04 de fevereiro 2022 o recurso foi analisado e teve parecer favorável da área de análise técnica pela a prorrogação do TAOEF, sendo esse parecer remetido para avaliação da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras – DIOPE.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, caso tivessem sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

**WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES**

CVM N° 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG

CNPJ N° 42.465.302/0002-66



**LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR**

Responsável técnico  
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **2021**  
**2020**

# **DEMONSTRAÇÕES**

# **CONTÁBEIS**

**Unimed**   
Caruaru

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>132.361.305</b>	<b>136.482.782</b>
Disponível		2.839.856	3.731.277
<b>Realizável</b>		<b>129.521.449</b>	<b>132.751.505</b>
Aplicações Financeiras	5	86.057.446	92.228.475
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		44.788.758	46.001.928
Aplicações Livres		41.268.689	46.226.547
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		14.655.315	19.796.001
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber	6	11.048.018	9.763.422
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		5.752	5.752
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		3.522.281	4.769.593
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		79.266	5.257.234
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	2.483.748	650.648
Créditos Tributários e Previdenciários	8	9.418.418	6.851.702
Bens e Títulos a Receber	9	16.701.061	13.124.864
Despesas Antecipadas		195.787	99.592
Conta Corrente com Cooperados	10	9.673	223
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>78.007.613</b>	<b>72.174.611</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.376.645</b>	<b>1.272.484</b>
Títulos e Créditos a Receber	11	1.367.059	1.262.899
Depósitos Judiciais e Fiscais		9.585	9.585
<b>Investimentos</b>	12	<b>2.085.390</b>	<b>2.011.540</b>
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		1.556.428	1.510.863
Participações em Outras Sociedades		1.556.428	1.510.863
Participações Societárias pelo Método de Custo		528.962	500.677
<b>Imobilizado</b>	13	<b>66.464.059</b>	<b>60.251.649</b>
Imóveis de Uso Próprio		7.267.099	7.623.790
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		5.956.901	6.313.591
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.310.199	1.310.199
Imobilizado de Uso Próprio		23.938.032	20.730.475
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		14.916.517	12.823.017
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		9.021.515	7.907.458
Imobilizações em Curso		28.702.842	25.656.688
Outras Imobilizações		6.556.086	6.240.696
<b>Intangível</b>	14	<b>8.081.520</b>	<b>8.638.938</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>210.368.919</b>	<b>208.657.393</b>

**UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

CNPJ - 24.449.225/0001-98

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

( VALORES EM R\$ 1)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>SALDO EM 31/12/2021</b>	<b>SALDO EM 31/12/2020</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>121.487.942</b>	<b>107.609.470</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	58.082.137	50.265.703
Provisões de Prêmios / Contraprestações		16.455.193	14.929.032
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		16.397.698	14.880.194
Provisão para Remissão		57.495	48.838
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		617.536	843.097
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		25.413.382	20.864.431
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		15.596.025	13.629.143
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		10.715.826	10.008.218
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	16	5.587.217	5.459.595
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		5.128.608	4.548.623
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	17	256.995	170.544
Provisões		9.739.733	9.739.733
Provisão para IR e CSLL	18	9.739.733	9.739.733
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	6.395.462	5.864.397
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	15.215.761	13.661.398
Débitos Diversos	21	20.880.525	17.619.633
Conta Corrente de Cooperados	10	201.502	279.844
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>37.108.839</b>	<b>40.503.399</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		690.228	418.760
Provisões de Prêmios / Contraprestações	15	78.829	71.331
Provisão para Remissão		78.829	71.331
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		611.398	347.429
Provisões		2.324.795	1.663.532
Provisões Judiciais	22	2.324.795	1.663.532
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	6.262.899	5.844.040
Parcelamento de Tributos e Contribuições		6.262.899	5.844.040
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		27.592.769	32.542.782
Débitos Diversos		238.148	34.285
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	23	<b>51.772.138</b>	<b>60.544.524</b>
Capital Social		26.494.886	7.272.238
Reservas		29.018.216	32.366.561
Reservas de Capital / Patrimoniais		28.472.157	28.271.610
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		546.059	4.094.951
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		(3.740.964)	20.905.725
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>210.368.919</b>	<b>208.657.393</b>

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Nota	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>313.727.611</b>	<b>280.012.416</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<b>315.445.320</b>	<b>283.717.029</b>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	24	315.461.475	283.705.620
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(16.155)	11.409
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.717.709)	(3.704.613)
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos</b>	25	<b>(272.329.712)</b>	<b>(213.723.807)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(270.362.829)	(218.227.885)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.966.882)	4.504.078
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>41.397.899</b>	<b>66.288.609</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		29.461	21.604
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	26	<b>20.522.686</b>	<b>18.068.554</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		19.719.163	17.358.340
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		39.355	43.154
Outras Receitas Operacionais		764.168	667.060
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	27	(930.227)	(901.167)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		<b>(8.932.193)</b>	<b>(8.154.889)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(4.936.389)	(5.320.066)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(918.886)	(709.834)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		-	-
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(3.076.918)	(2.124.989)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS	29	(23.250.840)	(18.195.053)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>28.836.786</b>	<b>57.127.658</b>
Despesas de Comercialização		(2.464.823)	(1.336.223)
Despesas Administrativas	30	(35.419.993)	(24.786.059)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	31	<b>(561.500)</b>	<b>(1.407.101)</b>
Receitas Financeiras		5.217.084	4.012.147
Despesas Financeiras		(5.778.583)	(5.419.248)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>122.505</b>	<b>319.247</b>
Receitas Patrimoniais		169.277	319.746
Despesas Patrimoniais		(46.772)	(499)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(9.487.025)</b>	<b>29.917.522</b>
Imposto de Renda		-	(5.818.474)
Contribuição Social		-	(2.147.349)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(9.487.025)</b>	<b>21.951.699</b>

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO											
CNPJ - 24.449.225/0001-98											
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO											
(VALORES EM R\$ 1)											
	Capital Social		Reservas de Capital					Reservas de Sobre		Sobras ou Perdas Acum.	TOTAL
	Integralizado	Integralizar	Doação de Cooperados	Reserva Especial	Fundo Hospitalar	Margem de Solvência	Compensação de Perdas	Fates	Fundo de Reserva		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>8.458.495</b>	<b>(2.533.975)</b>	<b>14.980</b>	<b>6.190</b>	<b>9.117.274</b>	<b>18.062.230</b>	<b>28.114</b>	<b>104.225</b>	<b>802.196</b>	<b>3.775.885</b>	<b>37.835.614</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>											
Retificação de erros de exercícios anteriores										(12.149)	(12.149)
<b>Destinação da Sobre 2019</b>											
Incorporação ao Capital	1.771.820									(1.771.820)	-
Reserva da Margem de Solvência						534.857					534.857
Perdas Acumuladas (anos anteriores)										254.865	254.865
<b>Aumentos de Capital</b>											
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar											
Por novos cooperados		557.450									557.450
Capital Integralizado	825.000										825.000
Capital à Integralizar		(1.650.000)									(1.650.000)
<b>Devolução de Capital</b>											
Demissão / Exclusão de Associados	(156.552)										(156.552)
<b>Movimentação de Reservas</b>											
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar						830.099					830.099
Devolução do Fundo Hospitalar					(147.624)						(147.624)
Devolução do Fundo Hospitalar											
Devolução da Reserva Margem de Solvência						(174.510)					(174.510)
Utilização do Fates								(104.225)			(104.225)
<b>Sobra Líquida do Exercício</b>											
Proposta da Destinação da Sobre											
Fundo de reserva									2.195.170	(2.195.170)	
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social								1.097.585		(1.097.585)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>10.898.763</b>	<b>(3.626.525)</b>	<b>14.980</b>	<b>6.190</b>	<b>9.799.749</b>	<b>18.422.577</b>	<b>28.114</b>	<b>1.097.585</b>	<b>2.997.366</b>	<b>20.905.725</b>	<b>60.544.524</b>
<b>Destinação da Sobre 2020</b>											
Incorporação ao Capital	18.658.945									(18.658.945)	-
Perdas Acumuladas (anos anteriores)										501.914	501.915
<b>Aumentos de Capital</b>											
Por novos cooperados		1.631.975									1.631.975
Capital Integralizado	674.000										674.000
Capital à Integralizar		(1.348.000)									(1.348.000)
<b>Devolução de Capital</b>											
Demissão / Exclusão de Associados	(394.272)										(394.272)
<b>Movimentação de Reservas</b>											
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar						681.038					681.038
Devolução do Fundo Hospitalar					(181.988)						(181.988)
Devolução da Reserva Margem de Solvência						(298.504)					(298.504)
Utilização do Fates								(551.526)			(551.526)
Compensação do Fundo de Reserva nas Perdas do exercício									(2.997.366)		(2.997.366)
<b>Perda Líquida do Exercício</b>											
Compensação do Fundo de Reserva nas Perdas do exercício										(9.487.025)	(9.487.025)
										2.997.366	2.997.366
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>29.837.436</b>	<b>(3.342.580)</b>	<b>14.980</b>	<b>6.190</b>	<b>10.298.800</b>	<b>18.124.073</b>	<b>28.114</b>	<b>546.059</b>	<b>-</b>	<b>(3.740.964)</b>	<b>51.772.138</b>

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	290.391.845	276.949.035
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	135.235.469	135.277.707
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	334	272
(+) Outros Recebimentos Operacionais	43.079.258	59.511.234
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(127.480.567)	(157.561.079)
(-) Pagamentos de Comissões	(1.034.350)	-
(-) Pagamento de Pessoal	(38.022.475)	(30.893.972)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(3.289.026)	(2.746.904)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(109.335.317)	(80.860.894)
(-) Pagamento de Tributos	(43.620.774)	(39.084.832)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.383.899)	(1.251.736)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.933.345)	(1.714.584)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(465.313)	(303.483)
(-) Aplicações Financeiras	(126.545.282)	(157.746.473)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(9.454.757)	(8.809.216)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.141.803</b>	<b>(9.234.925)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	1000	50
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	38.000	-
(+) Recebimento de Dividendos	1489,67	17.617
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(111.402)	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(540)	(300)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(71.452)</b>	<b>17.367</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	1.617.975	521.450
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	10.000.000	33.794.314
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	49.817
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(902.896)	(958.800)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(17.423.695)	(24.358.556)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(253.155)	(41.788)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(6.961.771)</b>	<b>9.006.437</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(891.421)</b>	<b>(211.121)</b>
<b>CAIXA SALDO INICIAL</b>	<b>3.731.277</b>	<b>3.942.398</b>
<b>CAIXA SALDO FINAL</b>	<b>2.839.856</b>	<b>3.731.277</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b>49.957.824</b>	<b>30.498.304</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b>44.108.545</b>	<b>49.957.824</b>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES</b>	<b>(5.849.279)</b>	<b>19.459.520</b>



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** 2021  
2020

**NOTAS**  
**EXPLICATIVAS**



## UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

#### 1. Contexto operacional

A **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico** é uma sociedade cooperativa, singular, e tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar. As atividades da Cooperativa são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 34.095-2.

#### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

#### Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e está sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

### **Adoção da RN 430/2017**

A **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico**, conforme requerido pela Resolução Normativa nº 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2020 foram registrados em seus meses respectivos e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional. As contabilizações ocorreram da seguinte forma:

#### **Unimed Caruaru como Prestadora**

Conforme requerido pela Resolução Normativa nº 430, quando ocorre o atendimento pela **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico**, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111, do Plano de Contas da ANS. Também, conforme Resolução Normativa nº 430, as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 311112, do Plano de Contas da ANS.

#### **Unimed Caruaru como Origem**

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico** em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela Resolução Normativa nº 430, passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

#### **Adoção da Resolução Normativa nº 430 – Prestadora**

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430, de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2020, foram efetivados em seus respectivos meses. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112, conforme normativa vigente.

## Adoção da Resolução Normativa nº 430 – Origem

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os Artigos nºs 16, 17 e 18, ocorreram no exercício de 2021, para atender o disposto a Resolução Normativa nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os registros contábeis do compartilhamento da gestão de riscos cedido (transferido) de acordo com a definição da Resolução Normativa nº 430, de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2021, foram efetivados em seus respectivos meses. Este reconhecimento da corresponsabilidade transferida foi aplicado aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

## Impactos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global. Em continuidade ao enfrentamento da pandemia, a Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico manteve seu plano de trabalho abrangendo diversas medidas, dentre elas, toda estrutura de atendimento de urgência/emergência incluindo atendimento prévio, diagnóstico, internações e internações em unidades de terapia intensivas. Manteve as ações preventivas necessárias para minimizar os efeitos, seguindo todas as recomendações dos órgãos de saúde do estado e municípios em nossa área de atuação.

Em 2021 houve um aumento de 8 pontos percentuais no custo assistenciais em decorrência das variantes Delta e Ômicron, cujo montante foi da ordem R\$ 21,47 milhões no ano, para atender os pacientes com COVID. Com a retomada dos atendimentos eletivos e outros procedimentos, tivemos uma elevação no nosso custo assistencial em 19,5% em relação ao ano anterior.

A extensão de outros impactos da COVID-19 em nosso negócio depende de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condições financeiras e resultados de operações.

### 2.1. Disponível (Caixa e Equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários em conta corrente e poupança.

### 2.2. Ativos financeiros

#### 2.2.1. Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

### **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

#### **2.2.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

### 2.2.3. *Impairment* de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados por custo amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

#### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

#### **2.4. Reconhecimento do custo**

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

#### **2.5. Contraprestação pecuniária a receber**

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Preestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculada e paga antes da utilização das coberturas contratadas.
- Pós-estabelecido: valor faturado de plano privado de assistência à saúde conforme as despesas de utilização das coberturas contratadas forem incorridas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço preestabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

## **2.6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora – Ativo Circulante**

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestada a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

## **2.7. Bens e títulos a receber**

Os bens e títulos a receber estão formados, principalmente, por estoques, cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

## **2.8. Depósitos judiciais e fiscais**

Estão representados por depósitos que amparam discussões judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis.

## **2.9. Investimentos – Ativo Não Circulante**

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.



## 2.10. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

## 2.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## 2.12. Empréstimos e financiamentos a pagar

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## 2.14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

### (a) Provisão de contraprestação não ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — *pro-rata-die* — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

### (b) Provisão para remissão

A ANS obriga a constituição de provisão para remissão, que é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período de cinco anos.

Essa provisão tem por objetivo constituir, de forma suficiente, a garantia à assistência à saúde dada durante todo o prazo restante do benefício. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

### (c) Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

#### **(d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais**

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

#### **(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)**

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

### **2.15. Fornecedores – Débitos diversos – Passivo Circulante**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.16. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

### **2.17. Provisões para ações judiciais – Passivo Não Circulante**

Representadas por provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias. Constituídas conforme parecer dos Assessores Jurídicos da Cooperativa.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

### **2.18. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo à reserva de reavaliação, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

## **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### **Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados**

A Cooperativa utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utilizam-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

### **Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)**

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do “Triângulo de *Run-off*”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

### **Provisão para contratos onerosos**

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é “aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste”. No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

#### **(a) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

### **(b) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

### **(c) Risco de mercado**

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

## **4.2. Gestão de capital**

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

## **4.3. Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

## 5. Aplicações Financeiras

	2021	2020
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	44.788.758	46.001.928
	44.788.758	46.001.928
Aplicações Livres		
Fundo de Renda Fixa	39.451.297	37.934.117
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.817.391	8.292.430
	41.268.689	46.226.547
	86.057.446	92.228.475

## 6. Contraprestação Pecuniária a Receber

	2021	2020
Planos Individuais/ Familiares - Mensalidades (Pessoa Física)	9.113.727	6.420.250
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	6.410.439	4.628.035
Planos Odontológicos (Pessoa Física e Jurídica)	-	-
	15.524.166	11.048.285
Provisão para Perdas sobre Créditos (*)	(4.476.148)	(1.284.863)
	11.048.019	9.763.422

(\*) A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes em montante acima do valor provisionado.

A Cooperativa emite carnês mensalmente com vencimentos nos dias 5, 10, 15, 20, 25 e 30, adotando como prática o registro dos ativos no mês de emissão dos carnês. Os créditos de operações com plano de assistência à saúde não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

2021	Planos Individuais / Familiares - Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	
A Vencer	4.547.992	3.783.451	-	8.331.443
Vencidos				
Até 30 Dias	2.367.545	1.361.466	-	3.729.010
De 31 a 60 Dias	773.893	249.439	-	1.023.332
De 61 a 90 Dias	224.916	150.639	-	375.555
Acima de 90 Dias	1.199.382	865.444	-	2.064.826
	9.113.727	6.410.439	-	15.524.166
Provisão para Perdas sobre Créditos	(3.448.325)	(1.027.822)	-	(4.476.148)
	5.665.401	5.382.617	-	11.048.018

2020	Planos Individuais / Familiares - Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	
A Vencer	3.595.416	3.377.965	-	6.973.381
Vencidos				
Até 30 Dias	1.607.337	814.569	-	2.421.906
De 31 a 60 Dias	393.146	169.520	-	562.666
De 61 a 90 Dias	124.042	61.870	-	185.912
Acima de 90 Dias	700.310	204.111	-	904.421
	6.420.251	4.628.035	-	11.048.286
Provisão para Perdas sobre Créditos	(1.036.998)	(247.865)	-	(1.284.863)
	5.383.253	4.380.170	-	9.763.423



## 7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	2021	2020
Contas a Receber - Atendimento particular	804.059	498.643
Recebimento de Custo Operacional	1.349	592
Franquias a Receber	2.777	728
Convênios	396.425	109.145
Reembolso de Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual	2.331.492	691.021
	3.536.102	1.300.129
Provisão para Perdas sobre Créditos	(1.052.353)	(649.481)
	2.483.748	650.648

A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

	2021	2020
A Vencer	1.225.180	467.679
Vencidos		
Até 30 Dias	1.210.953	54.987
De 31 a 60 Dias	34.656	53.021
De 61 a 90 Dias	14.049	41.178
Acima de 90 Dias	1.051.263	683.265
	3.536.102	1.300.129

## 8. Créditos Tributários e Previdenciários

	2021	2020
Imposto de Renda a recuperar (i)	1.797.715	1.208.967
INSS a recuperar	122.636	123.565
Créditos a restituir - Lei 11.941/2009 (ii)	939.638	939.638
IRPJ estimativa a recuperar	3.198.669	3.198.669
CSLL estimativa a recuperar	1.139.352	1.138.409
Outros impostos a recuperar	2.220.408	242.454
	9.418.418	6.851.702

- (i) Refere-se a IR retido na fonte sobre faturas emitidas e sobre resgates de aplicações financeiras.
- (ii) Créditos oriundos de pagamentos de parte do parcelamento da Lei 11.941/09, não reconhecidos pela Receita Federal do Brasil – RFB quando da consolidação dos seus débitos tributários federais. A Cooperativa está estudando a operacionalização junto a Receita Federal do Brasil – RFB sobre a melhor forma de utilizar este valor em compensações futuras dos referidos débitos por esta autarquia.

## 9. Bens e títulos a receber

	2021	2020
Estoques	<b><u>7.887.100</u></b>	<b><u>5.614.337</u></b>
Farmácia	7.431.359	5.206.821
Nutrição	73.681	14.708
Almoxarifado	382.061	392.808
Cheques	<b><u>190.593</u></b>	<b><u>190.593</u></b>
Cheques Devolvidos a Receber (i)	190.593	190.593
Adiantamentos	<b><u>5.117.468</u></b>	<b><u>4.495.682</u></b>
Adiantamentos a Funcionários	260.599	225.754
Adiantamentos a Fornecedores	300.479	291.105
Outros Adiantamentos	4.556.390	3.978.823
Outras Contas a Receber	<b><u>3.693.172</u></b>	<b><u>3.010.526</u></b>
Aluguéis (ii)	45.225	45.225
Débitos Indevidos/Cartão de Crédito	3.647.947	2.953.806
Créditos a Receber - Celulares Colaboradores	-	11.495
Outros	<b><u>321</u></b>	<b><u>321</u></b>
Notas Promissórias	321	321
	<b><u>16.888.654</u></b>	<b><u>13.311.459</u></b>
Provisão para Perdas sobre Créditos (iii)	(187.593)	(186.595)
	(187.593)	(186.595)
	16.701.061	13.124.86

- (i) Constituída sobre os “cheques devolvidos a receber” vencidos acima de 90 dias. A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.
- (ii) Refere-se a valores a receber decorrentes de negociação realizada envolvendo contrato de aluguel em atraso. Valor de R\$ 51.300,00 dividido em 76 parcelas.
- (iii) Constituída sobre os “cheques devolvidos a receber” vencidos acima de 90 dias. A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

## 10. Conta-Corrente com Cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	2021	2020
<u>Ativo circulante</u>		
Créditos a Receber de Cooperados	9.673	223
<u>Passivo circulante</u>		
Capital Social a Restituir a Cooperados	201.502	279.844

## 11. Títulos e Créditos a Receber – Ativo Não Circulante

Refere-se a bloqueios judiciais.

## 12. Investimentos

	2021	2020
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MEP		
Unimed Seguradora S/A	81.114	78.567
	<b>81.114</b>	<b>78.567</b>
Participações em Intituições Não Reguladas MEP		
Unimed Participação S/A	1.475.314	1.432.297
	<b>1.475.314</b>	<b>1.432.297</b>
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde MC		
Unimed Norte-Nordeste	8.698	8.698
Federação Equatorial	10.000	10.000
Central Nacional Unimed	322.510	306.859
	<b>341.208</b>	<b>325.557</b>
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MC		
SICREDI Caruaru - 36-1	138.443	129.679
SICREDI Caruaru - 2318-3 (23205)	49.071	45.440
UNICREDI - 960038-8	240	
	<b>187.755</b>	<b>175.119</b>
	-	-
	<b>2.085.390</b>	<b>2.011.540</b>

### 13. Imobilizado

	Saldo em 01 de dezembro de 2019		Saldo em 01 de dezembro de 2020		Saldo em 01 de dezembro de 2019						Saldo em 01 de dezembro de 2020						
	Imobilizado em Bens Móveis - Não Depreciados		Imobilizado em Bens Móveis - Não Depreciados		Imobilizado em Bens Móveis - Depreciados			Imobilizado em Bens Móveis - Depreciados			Imobilizado em Bens Móveis - Depreciados			Imobilizado em Bens Móveis - Depreciados			
	Terreno	Veículos	Terreno	Veículos	Veículos	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Veículos	Equipamentos	Terreno	Veículos	Veículos	Equipamentos	Terreno	Veículos	Veículos
Taxa de depreciação	-	2%	-	2%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Saldo em 01 de dezembro de 2019	2.973.712	2.973.712	2.973.712	2.973.712	797.824	8.701.374	4.113.3	2.891.193	14.039.4	82.429.3	1.848.144	2.623.934	2.849.870	29.244	21.494.288	29.244	21.494.288
Adição	-	-	-	-	249.227	98.224.1	4.420.0	22.429.7	5.830.0	1.224.73	2.727.41	22.224.7	4.420.0	2.474.248	-	-	249.227
Retirada	-	-	-	-	(14.124)	(7.214)	(7.21)	-	(9.421)	(7.429)	(24.129)	(44.22)	(44.22)	(44.22)	-	-	(14.124)
Depreciação	-	-	-	-	(22.429)	(9.224.1)	(4.420.0)	(22.429.7)	(4.420.0)	(1.224.73)	(2.727.41)	(22.224.7)	(4.420.0)	(2.474.248)	-	-	(22.429)
Saldo em 01 de dezembro de 2020	2.973.712	2.973.712	2.973.712	2.973.712	824.621	8.701.374	4.113.3	2.891.193	14.039.4	82.429.3	1.848.144	2.623.934	2.849.870	29.244	21.494.288	29.244	21.494.288
Adição	-	-	-	-	74.882	8.428.880	2.420.0	22.429.7	21.848.7	9.830.0	2.727.41	22.224.7	4.420.0	2.474.248	-	-	74.882
Retirada	-	-	-	-	(8.714.249)	(8.429)	(8.429)	(118.222)	-	(8.222)	(7.429)	(24.129)	(44.22)	(44.22)	-	-	(8.714.249)
Depreciação	-	-	-	-	(22.429)	(9.224.1)	(4.420.0)	(22.429.7)	(4.420.0)	(1.224.73)	(2.727.41)	(22.224.7)	(4.420.0)	(2.474.248)	-	-	(22.429)
Saldo em 01 de dezembro de 2021	2.973.712	2.973.712	2.973.712	2.973.712	824.621	8.701.374	4.113.3	2.891.193	14.039.4	82.429.3	1.848.144	2.623.934	2.849.870	29.244	21.494.288	29.244	21.494.288

### 14. Intangível

	2021	2020
Software	8.216.090	6.867.508
Aquisição de carteira de clientes (i)	8.000.000	8.000.000
	16.216.090	14.867.508
(-) Amortização acumulada	(8.134.571)	(6.228.570)
	8.081.520	8.638.938

(i) O saldo refere-se à aquisição pela Unimed Caruaru da carteira de clientes anteriormente administrada pela Unimed Agreste Meridional, que conta com aproximadamente 17.000 beneficiários de planos individuais e coletivos. A referida aquisição foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio do Ofício nº 2011/2017/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, em 14 de dezembro de 2017 e conforme previsto na RN 112/2005. O saldo é amortizado de acordo com a vida útil econômica estimada pela Administração da Unimed Caruaru, em 5 anos, conforme permitido pela ANS. A efetiva transferência da carteira ocorreu em 2 de outubro de 2017. O valor total da operação foi de R\$8.000.000,00.

## 15. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Passivo Circulante e Não Circulante

	2021	2020
<b>Provisões de Contraprestações</b>	<b>16.455.193</b>	<b>14.929.032</b>
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		
Mensalidades Pessoa Física - PCNG	9.516.453	8.818.139
Faturas Pessoa Jurídica - PCNG	6.881.245	6.062.055
Provisão para Remissão	57.495	48.838
Provisão de Eventos a Liquidar		
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	617.536	843.097
Provisão de Eventos a Liq. Outros Prest. Serv Assistenciais	25.413.382	20.864.431
Rede Contratada	<b>12.550.118</b>	<b>10.025.778</b>
Hospitais Credenciados	1.892.399	1.867.382
Prestadores de Serviços	820.183	588.649
Clínicas Credenciadas	9.072.174	6.791.460
Laboratórios Credenciados	765.362	778.287
Produção de Cooperados	<b>11.398.263</b>	<b>9.836.092</b>
Intercâmbio	1.373.326	865.390
Reembolso	91.675	137.171
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	15.596.025	13.629.143
	<b>58.082.137</b>	<b>50.265.703</b>
<b>Não Circulante</b>		
Provisão para Remissão	78.829	71.331
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	611.399	347.429
	<b>690.228</b>	<b>418.760</b>

## 16. Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios

	2021	2020
Receita Antecipada de Contraprestações		
Planos Individuais / Familiares - Mensalidade (Pessoa Física)	3.502.235	3.676.893
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	2.084.982	1.782.702
	<u>5.587.217</u>	<u>5.459.595</u>
Outros Débitos com Operações com Planos de Saúde		
Câmara de Compensação	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.587.217</u>	<u>5.459.595</u>

## 17. Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

	2021	2020
Intercâmbio a pagar	55.744	27.532
Custo operacional a pagar	164.612	109.245
Custo operacional a pagar - Credenciados	36.639	33.767
	<u>256.995</u>	<u>170.544</u>

## 18. Provisão para IR e CSLL

	2021	2020
IRPJ a Recolher	7.108.933	7.108.933
CSLL a recolher	2.630.800	2.630.800
	<u>9.739.733</u>	<u>9.739.733</u>

## 19. Tributos e Encargos Sociais a Recolher – Passivos Circulante e Não Circulante

	2021	2020
INSS a Recolher	1.604.478	1.252.693
INSS Retido a Recolher	45.018	40.705
FGTS a Recolher	383.078	312.018
IRRF sobre Assalariados a Recolher	435.343	325.067
IRRF sobre Não Assalariados a Recolher	1.725.067	1.310.251
ISS sobre Faturamento a Recolher	23.365	23.840
ISS Retido de Terceiros a Recolher	239.227	177.765
PIS/ COFINS/ CSLL a Recolher	226.231	175.301
Parcelamento - IRPJ (a)	574.755	957.926
Parcelamento - CSLL (a)	241.289	402.148
Parcelamento PERT - Débitos Previdenciários - PGFN (b)	239.136	281.858
Parcelamento PERT - Demais Débitos - PGFN (c)	85.905	97.039
Parcelamento PERT - Demais Débitos - RFB (d)	4.864.849	5.273.104
Parcelamento INSS PGFN (Nelson Williams)	1.808.980	-
Outros Impostos a Recolher	161.641	590.551
Imposto sobre Serviços - ISS	-	488.173
	<b>12.658.362</b>	<b>11.708.438</b>
Circulante	6.395.463	5.864.397
Não Circulante	6.262.899	5.844.041

(a) Refere-se a parcelamentos de débitos de IRPJ e CSLL, divididos em 60 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 4 de julho de 2018, com previsão para liquidação até maio de 2023.

(b) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Débitos Previdenciários, dividido em 140 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 4 de junho de 2018, com previsão para liquidação até janeiro de 2030.

(c) Refere-se ao parcelamento de débitos de PIS e COFINS, dividido em 122 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 29 de setembro de 2017, com previsão para liquidação até novembro de 2027.

(d) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Demais débitos, dividido em 145 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 31 de agosto de 2017, com previsão para liquidação até abril de 2029.

## 20. Empréstimos e Financiamentos a Pagar

### (a) Composição dos saldos – Circulante e não circulante

	Encargos Financeiros	2021	2020
<b>Em Moeda Nacional</b>			
<b>Conta Garantida</b>			
Banco Safra	1,13% a.m.	34.521.053	24.540.844
<b>Capital de Giro</b>			
Banco Bradesco	CDI+0,25% a.m.	3.133.013	6.090.205
Banco Itaú	CDI+0,36% a.m.	1.545.736	4.195.570
Banco Santander	TJLP+0,45% a.m.	6.114.388	9.002.477
Banco do Brasil	CDI+0,16% a.m.	5.239.100	8.071.537
<b>Financiamento</b>			
<b>Leasing</b>			
HP - Hewlett-Packard Company	1,5% a.m.	7.156	93.023
Juros a apropriar		(7.751.915)	(5.789.476)
		42.808.531	46.204.180
Circulante		15.215.761	13.661.398
Não Circulante		27.592.769	32.542.782

### (b) Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante

Ano	2021	2020
2022	-	-
2023 e seguintes	11.129.617	14.889.356
2024 e seguintes	16.463.153	17.653.426
	27.592.769	32.542.782

### (c) Garantias

Os empréstimos estão garantidos pelas aplicações não-vinculadas a ANS e os financiamentos estão garantidos pelos respectivos equipamentos adquiridos.

### (d) Objetivos

Os empréstimos e financiamentos têm por objetivo o fornecimento de capital de giro e a ampliação e melhoria das instalações da Unimed Caruaru.



## 21. Débitos diversos

	2021	2020
Salários e Honorários a Pagar	2.697.749	2.130.660
Provisão para Férias e Encargos a Pagar	5.075.191	4.206.203
Fornecedores	11.090.163	9.243.716
Débitos com Aquisição de Carteira de Beneficiários de Planos de Saúde	-	-
Outras Contas a Pagar (i)	2.017.422	2.039.054
	<u>20.880.525</u>	<u>17.619.633</u>

(i) Refere-se a adiantamentos de clientes, reembolso a usuários, planos de saúde de cooperados, entre outros.

## 22. Provisões para ações judiciais

### (a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Cooperativa é parte envolvida em processos de natureza cível, tributário e trabalhista e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Cooperativa estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referente a causas de natureza cível e tributária:

	2021	2020
Tributárias	-	-
Cíveis	2.324.795	1.663.532
	<u>2.324.795</u>	<u>1.663.532</u>

### (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Cooperativa tem ações de naturezas cíveis, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, demonstradas a seguir:

	2021	2020
Tributárias	265.978	-
Cíveis	21.518.251	4.672.648
Trabalhistas	433.667	11.535
	<u>22.217.896</u>	<u>4.684.183</u>

## 23. Patrimônio líquido

### *(a) Capital Social*

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 26.494.886,07 (R\$ 7.272.237,96 em 2020) e está representado por 470 cooperados (490 em 2020), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 2.000 vezes o valor de uma quota-parte. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% sobre seu valor, respeitando-se o limite de 1/3 do total do capital subscrito para cada associado.

### *(b) Reservas de lucro*

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

**i) Fundo de Reserva** – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

**ii) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES** – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 5% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

### *(c) Reservas de capital*

**i) Reserva de Fundo Hospitalar** – Reserva constituída com a finalidade de viabilizar a manutenção e ampliação do hospital.

**ii) Reserva de Margem de Solvência** – Constituída em 2015, com a sobra do exercício e descontos em produção médica por deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), visando atender as exigências da ANS.

**iii) Reserva para Compensação de Perdas** – Constituída em 2018 e 2017, por meio de descontos em produção médica decorrente de deliberação em Assembleia, com vistas a compensação de possíveis perdas nos referidos exercícios. Caso não ocorra a possível perda, o valor será colocado à disposição da assembleia no exercício posterior.

## 24. Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde

	2021	2020
Contraprestações Líquidas		
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Plano Individual	163.459.912	159.382.782
Plano Coletivos por Adesão	10.686.396	10.718.292
Plano Coletivos Empresariais	121.476.667	111.916.486
Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde	19.849.618	1.688.060
	<u>315.472.593</u>	<u>283.705.620</u>
Varição da Provisão para Remissão	(16.155)	11.409
Outras Deduções das Contraprestações/Prêmio	(11.117)	
Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		
PIS sobre Faturamento	(240.110)	(830.865)
COFINS sobre Faturamento	(1.477.599)	(2.193.145)
ISS sobre Faturamento	-	(680.602)
	<u>(1.717.709)</u>	<u>(3.704.612)</u>
	<u>313.727.611</u>	<u>280.012.417</u>

## 25. Eventos indenizáveis líquidos

2021	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(139.834.009)	60.316	784.733	(138.988.959)
Planos Coletivos por Adesão	(21.939.586)	-	8.821	(21.930.765)
Planos Coletivos Empresariais	(59.279.915)	-	691.480	(58.588.435)
Corresponsabilidade Assumida	(50.400.256)			(50.400.256)
Ressarcimento ao SUS	(454.414)	-	-	(454.414)
	<u>(271.908.180)</u>	<u>60.316</u>	<u>1.485.034</u>	<u>(270.362.829)</u>
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.966.882)	-	-	(1.966.882)
	<u>(273.875.062)</u>	<u>60.316</u>	<u>1.485.034</u>	<u>(272.329.712)</u>

<b>2020</b>	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(117.897.005)	121.219	706.475	(117.069.311)
Planos Coletivos por Adesão	(18.810.512)	-	8.235	(18.802.277)
Planos Coletivos Empresariais	(48.543.542)	-	414.483	(48.129.059)
Corresponsabilidade Assumida	(33.637.735)	-	-	(33.637.735)
Ressarcimento ao SUS	(589.504)	-	-	(589.504)
	(219.478.297)	121.219	1.129.193	(218.227.885)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	4.504.078	-	-	4.504.078
	(214.974.219)	121.219	1.129.193	(213.723.807)

## 26. Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	2021	2020
Receitas com Prestação de Serviços	19.719.163	17.358.340
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	39.355	43.154
Outras Receitas Operacionais		
Procedimento sem Cobertura Contratual	386.631	299.681
Recuperação de Despesas	3.306	4.654
Serviços de Lavanderia	46.264	27.125
Bonificação	246.013	253.407
Outras Receitas (a)	81.956	82.193
	<b>764.168</b>	<b>667.060</b>
	20.522.686	18.068.554

## 27. Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde

	2021	2020
PIS sobre Faturamento	(104.874)	(104.512)
COFINS sobre Faturamento	(546.134)	(558.064)
ISS sobre Faturamento	(279.219)	(238.591)
	(930.227)	(901.167)

## 28. Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

	2021	2020
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		
Confecção de Carteiras	(13.420)	(23.403)
Serviços Prestados por Terceiros	(898.807)	(1.142.040)
Cobrança	(22.596)	(51.375)
Amortização sobre Aquisição de Carteira	(1.600.143)	(1.600.000)
Outras Despesas	(2.401.422)	(2.503.248)
	<b>(4.936.389)</b>	<b>(5.320.066)</b>
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(918.886)	(709.834)
Provisão para Perdas Sobre Créditos de Contraprestações Pecuniárias	(3.076.918)	(2.124.989)
	<b>(8.932.193)</b>	<b>(8.154.889)</b>

## 29. Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	2021	2020
Prestação de Serviços	(14.614.072)	(11.832.254)
Intercâmbio Eventual	(8.090.501)	(5.777.439)
Seguro de Vida/Despesas Médicas(Pareceres)	(201.246)	(232.774)
Serviços Odontológicos	(322.957)	(322.923)
Despesas Médicas Relacionadas a Rede Própria	(22.063)	(29.664)
	<b>(23.250.840)</b>	<b>(18.195.054)</b>

### 30. Despesas Administrativas

	2021	2020
Honorários da Diretoria e do Conselho	(3.060.030)	(2.407.274)
Salários, Ordenados e Encargos Sociais	(10.814.129)	(8.944.757)
Alimentação dos Trabalhadores	(699.062)	(664.049)
Honorários Advocatícios, Auditoria e Consultoria	(2.855.423)	(2.741.485)
Telecomunicações	(233.559)	(195.958)
Publicidade e Propaganda	(1.176.508)	(628.184)
Impostos, Contribuições e Taxa de Saúde Suplementar	(309.177)	(367.111)
Despesas Judiciais	(1.394.942)	(1.186.426)
Contribuições e Donativos	(1.771.793)	(1.585.147)
Aluguéis, Água e Energia Elétrica	(642.855)	(572.980)
Combustível	(60.492)	(34.338)
Assistência Médica e Odontológica	(7.254.215)	(1.504.788)
Despesas com Seguradoras	(54.465)	(57.707)
Despesa com Expediente	(250.061)	(164.207)
Honorários de Serviços Técnicos	(2.320.831)	(1.654.382)
Depreciação	(320.299)	(304.784)
Amortização	(259.562)	(194.633)
Limpeza, Manutenção e Reparos	(295.730)	(270.418)
Brindes	(203.574)	(59.599)
Despesas com Locomoção	(95.302)	(79.495)
Outras Despesas Administrativas	(1.347.984)	(1.168.337)
	<u>(35.419.993)</u>	<u>(24.786.059)</u>

### 31. Resultado Financeiro Líquido

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Receitas de Rendimento sobre Aplicações Financeiras	3.933.275	2.069.650
Juros por Recebimentos em Atraso	884.226	1.778.332
Descontos Obtidos	208.533	161.689
Outras Receitas Financeiras	191.050	2.476
	<u>5.217.084</u>	<u>4.012.147</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com Aplicações Financeiras	(55.196)	(126.108)
Descontos Concedidos	(781.954)	(535.097)
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	(3.631.597)	(3.254.903)
Despesas Indedutíveis	(92.520)	(12.568)
Despesa com Impostos e Contribuições s/Contribuições Financeira	(8.426)	(4.845)
Juros e Multas	(369.781)	(664.131)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(21.499)	(27.147)
Despesas Bancárias	(623.132)	(628.298)
Outras Despesas Financeiras	(194.478)	(166.151)
	<u>(5.778.583)</u>	<u>(5.419.248)</u>
	<u>(561.500)</u>	<u>(1.407.101)</u>

## 32. Partes relacionadas

### *(i) Transações e saldos*

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante e, nas Notas 10, 12, 15 e 23, conta corrente com (de) cooperados, investimentos em entidades congêneres, provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e patrimônio líquido, respectivamente.

### *(ii) Remuneração dos administradores*

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão foi de R\$ 3.060.030 em 2021 (R\$ 2.407.274 em 2020).

## 33. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa possuía cobertura de seguros contra riscos diversos para seus imóveis e veículos.

A Cooperativa conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

## 34. Suspensão e Recomposição de Reajustes

O comunicado da ANS 85 de 31/08/2020 publicado no DOU, informou sobre a suspensão da aplicação dos reajustes dos planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020 em decorrência da pandemia da infecção humana causada pelo Corona vírus SARS-CoV2, bem como, visando manter o equilíbrio das relações negociais que conformam o setor de regulado, de forma técnica, bem como a garantir a continuidade e a qualidade da prestação de assistência à saúde dos consumidores dos planos de saúde.

A medida foi aplicada para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento e abrange os contratos dos planos individuais/familiares, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

A Diretoria Colegiada da ANS definiu em reunião no dia 19 de novembro de 2020, que os beneficiários de planos de saúde que tiveram suspensas as cobranças de reajuste anual e por faixa etária entre setembro e dezembro de 2020, terão diluído o pagamento desses valores em 12 meses, mediante acordo prévio, de parcelamento inferior ou superior a 12 meses, entre a operadora e o contratante, cobrados a partir de janeiro de 2021. Também definiu os reajustes máximos que poderão ser cobrados para os planos individuais/familiares regulamentados (contratados a partir de 2/01/1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98) e para os planos anteriores à Lei nº 9.656 que têm o reajuste regulamentado por Termos de Compromisso, estabelecendo o percentual em 8,14% sendo o mesmo válido para o período de maio de 2020 a abril de 2021 com recomposição ao longo de 2021.

A Unimed Caruaru reconheceu no exercício de 2020 os valores correspondentes aos reajustes suspensos das contraprestações no período de setembro a dezembro de 2020 e à recomposição do reajuste anual e por faixa etária não cobrada, de acordo com a orientação da ANS, a crédito na conta de receita de contraprestações efetivas correspondentes a modalidade do plano, atendendo a regra de cobertura contratual para prestação do serviço de saúde. Com base nos levantamentos realizados para este registro, ao final do período restou saldo destes fatos no grupo contábil de receita de contraprestações efetivas no montante de R\$ 5.016.243 mil, conforme orientação da ANS para o tratamento contábil do reajuste suspenso das Contraprestações, publicado em 08 de outubro de 2020, onde indica que o registro no Ativo da parcela correspondente ao reajuste não cobrado deve ser efetuado na conta 1239X1088 a débito, com contrapartida à crédito na conta de receita de contraprestações correspondente à modalidade do plano. Os valores totais estão destacados conforme segue:

<b>Reajustes Suspensos – ANS</b>	<u>2020</u>
Total de Outros Créditos de Operações de Assistência Médico Hospitalar	<b>5.016.243</b>

Em 2021, conforme comunicado da ANS nº 85, a Unimed Caruaru efetuou a diluição dos reajustes previstos com os devidos parcelamentos em até 12 meses, restando os residuais abaixo:

<b>Reajustes Suspensos – ANS</b>	<u>2021</u>
Total de Outros Créditos de Operações de Assistência Médico Hospitalar	<b>79.266</b>



### 35. Compartilhamento de Risco – DEMONSTRAÇÕES 2019 – RN nº 446/2019

#### Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2020 e 2021

A Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados em 2018 referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 411X1.

O principal objetivo da segregação de valores é a necessidade de desdobramento de saldos contábeis de 2018 de acordo com a abertura de contas contábeis implantadas a partir de 2019 pela RN nº 435/2018, para subsidiar o cálculo da variação das Despesas Assistenciais - VDA, para apuração do índice máximo de reajuste dos planos de assistência à saúde individuais e familiares, em atendimento à recomendação constante no item 74 da Nota Técnica nº 10/2019/COGIS/SUCIS/SEAE/SEPEC-ME do Ministério da Economia:

a) Segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 31171 - Contraprestação de Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018.

b) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 411X1 - Despesa com Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018;

A segregação da escrituração contábil dos lançamentos da corresponsabilidade, para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço		Corresponsabilidade Cedida em Preço	
	Pré-estabelecido		pós-estabelecido	
	2021	2020	2021	2020
<b>1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido</b>				
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(10.522.564)	(7.341.291)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(14.289.626)	(15.218.345)		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(846.217)	(1.266.664)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(188.815)	(1.017.439)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(14.353.238)	(14.344.297)		
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
<b>Total</b>	(40.200.460)	(39.188.036)		

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico Hospitalar (grupo 411x1)	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2021	2020	2021	2020
<b>1 – Cobertura Assist. preço preestabelecido</b>				
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(22.638.939)	(16.906.935)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(116.003.941)	(99.642.276)		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	(739.436)	(809.199)		
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(21.190.969)	(17.992.666)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(436.843)	(483.909)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(58.151.592)	(47.645.150)		
<b>2 - Cobertura Assist. Preço Pós-Estabelecido</b>				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei			(50.400.256)	(33.637.735)
<b>Total</b>	(219.161.721)	(183.480.134)	(50.400.256)	(33.637.735)

Caruaru, 31 de dezembro de 2021

Surama de Oliveira Alves

Contadora Responsável

CRC nº: PE-023833

Pedro José de Oliveira Melo

Presidente